



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da reunião conjunta realizada em 16 de maio de 2011

1 Em 16 de maio de 2011, reuniram-se conjuntamente a Câmara Técnica de Instrumentos
2 de Gestão (CTIG) e a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho
3 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram
5 os seguintes membros titulares e suplentes. Membros da CTIG: o presidente Thiago
6 Garcia / Márcio Antônio de Campos Coury – representantes do poder público estadual;
7 Ludmila Gomes Novaes – representante do poder público municipal; Irany Maria de
8 Lourdes Braga / Luiz Cláudio de Castro Figueiredo e Valéria Almeida Lopes de Faria –
9 representantes dos usuários de recursos hídricos. Membros da CTIL: a presidente Paula
10 Meireles Aguiar / Evilânia Alfenas Moreira e Rander Abrão Tostes – representantes dos
11 usuários de recursos hídricos; Márcio Antônio de Campos Coury – representante do
12 poder público estadual; Ludmila Gomes Novaes – representante do poder público
13 municipal; Antônio Thomas Gonzaga Mata Machado e Rúbia Santos Barbosa –
14 representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Assuntos em
15 pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Thiago Garcia declarou aberta a reunião conjunta
16 da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) e Câmara Técnica Institucional e
17 Legal (CTIL). **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve
18 manifestações. **3) ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a ata
19 da 5ª reunião conjunta da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) e Câmara
20 Técnica Institucional e Legal (CTIL), realizada em 11 de setembro de 2009. **4)**
21 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 12 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE**
22 **SOBRE MECANISMOS E VALORES DA COBRANÇA PELO USO DE**
23 **RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA.**
24 **Apresentação: diretoria do CBH Piranga.** Deliberação normativa aprovada por
25 unanimidade pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Câmara Técnica
26 Institucional e Legal, nos termos apresentados. **5) DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº**
27 **9, DE 13 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE MECANISMOS E**
28 **VALORES DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA**
29 **HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA.** **Apresentação: diretoria do CBH**
30 **Caratinga.** Deliberação normativa aprovada por unanimidade pela Câmara Técnica de
31 Instrumentos de Gestão e Câmara Técnica Institucional e Legal, nos termos apresentados.
32 **6) DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 14 DE ABRIL DE 2011, QUE**
33 **DISPÕE SOBRE MECANISMOS E VALORES DA COBRANÇA PELO USO DE**
34 **RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA.**
35 **Apresentação: diretoria do CBH Piracicaba.** Deliberação normativa aprovada por
36 unanimidade pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Câmara Técnica

37 Institucional e Legal, nos termos apresentados. **7) DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº**
38 **28, DE 26 DE ABRIL DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE MECANISMOS E**
39 **VALORES DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA**
40 **HIDROGRÁFICA DO RIO SUAÇUÍ. Apresentação: diretoria do CBH Suaçuí.**
41 Deliberação normativa aprovada por unanimidade pela Câmara Técnica de Instrumentos
42 de Gestão e Câmara Técnica Institucional e Legal, nos termos apresentados. **8)**
43 **ASSUNTOS GERAIS. Implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na**
44 **bacia do rio Doce**. Antes das apresentações e aprovação das deliberações normativas
45 constantes nos itens 4 a 7 desta ata, foram feitas apresentações sobre o processo de
46 implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce, pela
47 diretora de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia, do IGAM, Luiza de
48 Marillac Moreira Camargos, e pela presidente do CBH Suaçuí, Luciane Teixeira,
49 representando os diversos comitês. Após as exposições, foram registradas as
50 manifestações a seguir. **Conselheiro Luiz Cláudio de Castro Figueiredo**: “A
51 configuração da cobrança como um déficit foi o primeiro ponto que a gente da indústria
52 polemizou dentro do processo. A gente não considera – uma vez que você tem um
53 investimento que foi levantado no plano da bacia, que é necessário para a bacia, e de lá
54 você tira outros recursos que estão previstos nos orçamentos da União, nos planos anuais
55 – que esse valor fosse considerado como um déficit e que esse déficit fosse imputado aos
56 setores usuários. Nessa forma de visão colocada, para nós, ficou o seguinte: seriam
57 imputadas aos setores usuários todas as deficiências da bacia relacionadas a recursos
58 hídricos. Então essa é uma colocação nossa de que não pode ser responsabilidade dos
59 usuários da bacia suprir esse valor considerado como déficit, transformado como valor a
60 ser apurado com a cobrança. A outra questão foi a colocação dos cenários, aqueles
61 cenários feitos em cima desse valor considerado déficit a ser suprido na bacia. Então a
62 gente, desde o começo, discordou totalmente dessa definição desses cenários com base
63 nesse valor, ou seja, já construídos em cima dessa aceitação de que esse valor seria um
64 déficit a ser suprimido. Outra questão polêmica trazida pelo setor usuário foi a criação do
65 GTAI. Desde o começo, a gente entendeu que o GTAI não seria um grupo representativo
66 na bacia. É uma tentativa de integração, sim, temos de concordar que é importante tentar
67 fazer essa integração, fazer um processo integrado, mas, desde o começo, houve a
68 discordância do segmento pela criação desse Grupo Técnico de Articulação Institucional,
69 formado, inicialmente, por dois membros de cada comitê; e a partir de um certo ponto do
70 processo agregando o terceiro membro. A gente verificou que, se a indicação ficasse
71 solta pelos comitês, a gente não teria uma representatividade de cada segmento. Então
72 melhorou um pouco essa questão a partir do momento que passou para três
73 representantes, sendo que foi indicado aos comitês que teria que ter um do poder público,
74 um da sociedade civil e um dos usuários. Então isso amenizou um pouco a questão, mas,
75 mesmo assim, desde o começo e até o final do processo, o setor foi contrário a essa forma
76 de deliberação capitaneada pelo GTAI. Então, dentro desse processo do GTAI, foi pedida
77 pelo segmento também uma consideração maior dos comitês estaduais. A gente entende
78 que no processo também houve uma desconsideração desse processo dentro dos comitês
79 estaduais, que foram meio que trazidos prontos por conta do Comitê do Doce e através do

80 GTAI; as receitas já foram chegando para cada comitê e a gente viu que houve um certo
81 encaminhamento para que isso acontecesse da mesma forma que já foi encaminhada a
82 todos os comitês. A gente acha que a discussão nos comitês, embora tenha sido boa, até
83 certo ponto, poderia ter sido melhor. Então, pegando esse gancho da questão dos comitês,
84 também a gente precisa ficar atento. Isso é uma questão que eu acho que caberia também
85 ao Conselho Estadual: que nesse processo da cobrança e, agora, no que se propõe para a
86 bacia do Doce, a gente levasse em consideração os comitês estaduais. A gente está
87 entendendo que o processo está apontando para o enfraquecimento dos comitês estaduais,
88 até porque realmente eles têm deficiências. Eu participo de vários deles, a gente tem
89 graus de desenvolvimento desses comitês. Tem comitês trabalhando com toda a
90 competência que ele tem e realmente fazendo o trabalho que lhe cabe na bacia, mas tem
91 outros comitês que são bem precários, digamos assim. Então, até em função disso dentro
92 da bacia, a gente viu que houve um certo encaminhamento que não foi positivo para o
93 trabalho dos comitês. Finalizando, também dentro dessa preocupação, colocar que essa
94 CTI também, essa Câmara Técnica de Integração, ao assumir também as competências
95 colocadas para o GTAI dentro da bacia do Doce, a gente também tem essa preocupação
96 de como esse processo vai ficar dentro dos comitês estaduais. É preciso trazer as
97 competências dos comitês estaduais para ser discutidas nos comitês estaduais mesmo
98 diretamente, e não entender que, a partir do momento que você cria essa Câmara Técnica
99 de Integração e leva três membros dos comitês estaduais, já está tudo resolvido lá e a
100 questão é só trazer para a base, para poder ser rapidamente discutido em cada um dos
101 comitês. Agora, nem seria até uma visão do setor, mas uma visão particular minha, eu
102 acho que é perigoso nesse processo a gente ter um enfraquecimento muito grande dos
103 comitês estaduais, eles perderem esse fórum de decisão, que a gente teria de estar, na
104 verdade, reforçando. Agora uma colocação por conta também da minha posição enquanto
105 participante de vários comitês estaduais, inclusive, como secretário do Comitê do
106 Piracicaba, é colocar que houve uma preocupação dos comitês, de todos de que eu
107 participo, de cumprir o cronograma que foi colocado no Pacto. Pelo menos em todos que
108 eu participo houve uma preocupação em estar seguindo o cronograma do Pacto e atender
109 todas as expectativas que foram colocadas nesse instrumento, assinado entre os dois
110 Estados e todos os comitês, e que a gente viu que foi cumprido plenamente, ou seja, esse
111 compromisso foi assumido pelos comitês estaduais e atingido plenamente. Eu queria
112 também deixar esse depoimento no Conselho Estadual.” **Luiza de Marillac Moreira**
113 **Camargos, diretora de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia, do IGAM:**
114 “Fico muito satisfeita quando vejo o Cacaú falar, porque mostra como esse processo foi
115 discutido e como ele foi consolidado na bacia do rio Doce. Na minha apresentação eu
116 quis até tirar o ‘déficit’, mas eu falei: ‘Vou permanecer com o processo até para ser
117 compatível com o que foi discutido na bacia’. Mas lembrando e esclarecendo para os
118 conselheiros que foi aquela questão daquela conta, ‘eu tenho que fazer tanto no plano,
119 mas tenho só isso e a cobrança’. Os recursos da cobrança podem nos ajudar a alavancar
120 as ações. Mas, é claro, eu acho que o nome não está compatível com o instrumento
121 cobrança, já que ele é totalmente a questão do uso racional, enfim. Mas acho que foi
122 pensado única e exclusivamente nessa questão de solucionar aquela equação financeira. E

123 também, sempre lembrando, a cobrança tem outros fins, os fins são mais nobres. Outra
124 coisa que eu queria comentar também é a questão do GTAI. Concordo plenamente com o
125 que o Cacau comentou. Às vezes, por alguns momentos, e foi, inclusive, até com a
126 evolução do processo e pelo diálogo que se manteve durante esse processo o tempo todo,
127 o que a gente notou. E teve uma vez que nós até recuamos no nosso cronograma, porque
128 a gente teve esse sentimento, sim, de que os comitês não estavam absorvendo tudo que
129 estava acontecendo no GTAI. E foi por isso, inclusive, até por essas discussões e pelo
130 aprimoramento do processo, que nós conseguimos fazer uma rodada a mais de reuniões
131 dos comitês, e isso foi o diferencial do processo. Então a preocupação procede, sim, nós
132 estamos vivenciando a mesma coisa na CTI, mas lembrando que trata-se de um processo
133 muito complexo, nós estamos em plena construção da gestão. A bacia do rio Doce é uma
134 bacia de rio de domínio federal, com os Estados envolvidos, então, a gente ainda não tem
135 a fórmula exata para que o assunto seja de forma simultânea e absorvido. Eu acredito
136 que, à medida em que os comitês e os conselheiros forem mais qualificados, aprendendo
137 mais da gestão, isso é possível. Mas precisamos muito aprimorar essa representatividade,
138 e ainda não temos essa solução. Mas acredito que o GTAI cumpriu parte do papel dele, e
139 a CTI, espero também. Temos que evoluir muito e acho a consideração muito pertinente.
140 Agora em relação a enfraquecimento dos comitês, o IGAM não concorda com isso,
141 absolutamente. É o contrário. Eu tenho aqui exemplos, a diretoria está representada aqui
142 do Comitê do Caratinga, pelo João Alves, e acho que ele pode falar, bem como os outros
143 comitês também. Eu acho que o próprio processo da cobrança no Doce evoluiu os nossos
144 comitês. A gente tem, sim, os comitês mais frágeis, menos operantes, tem sempre uns
145 comitês que aparecem mais do que os outros, mas isso é natural do processo. Agora, no
146 caso do Doce, o processo da cobrança permitiu que o comitê avançasse. Aí fica a palavra
147 também aberta aos presidentes dos comitês para fazer alguma consideração.”

148 **Conselheiro Antônio Thomas Gonzaga Mata Machado**: “Eu só queria cumprimentar
149 aos membros do Comitê do Doce e dos afluentes e o IGAM, por ter conseguido isso,
150 chegar aqui com uma proposta, uma proposta nova, que avança muito em relação ao São
151 Francisco – eu trabalhei lá e fiquei sete anos tentando fazer isso. Melhorem o preço,
152 porque esse preço está absolutamente defasado, é um preço de 2003, absolutamente sem
153 sentido mais. Só uma atualização por inflação desse preço do São Francisco e do Paraíba
154 do Sul, no PCJ, por exemplo, você teria uma outra realidade. Não sei bem como se
155 compara aí. Eu acho interessante também esse esforço de trabalhar com os afluentes na
156 medida em que esse é o grande problema, vamos dizer assim, um vício de origem da
157 legislação brasileira. Não sei se vício, mas um problema de origem da lei, quando ela
158 separou essa questão da dominialidade, porque é difícil operar isso. Acho que foi
159 interessante esse processo que vocês construíram no Doce de fazer esse esforço para
160 operar isso. A gente percebe que teve muita negociação, vários cenários. Enfim, gostaria
161 de cumprimentar.” **Iusifith Chafith Felipe, presidente do CBH Piracicaba**: “Eu só
162 queria pontuar que todo esse processo pelo qual o comitê está passando, esse processo de
163 cobrança, o processo de agência, eu acho que foi um grande exercício, principalmente,
164 para o Piracicaba. O Piracicaba, na verdade, tem uma qualidade técnica devido,
165 principalmente, ao número de empresas que foram instaladas no médio Piracicaba. E o

166 exercício dessa política pública sempre foi muito complicado. Com todo o esforço do
167 IGAM, com todo o esforço da ANA, de nos orientar durante dez anos de comitê, a
168 política pública sempre deixou a desejar. Então a gente, na verdade, fez toda uma
169 mobilização mostrando que essa discussão era o momento mais rico do comitê, não por
170 ser uma cobrança, mas por ser uma prática totalmente inovadora na legislação. Ou a
171 gente pega para fazer ou acerta, às vezes, ou erra, às vezes, mas que tente fazer. Eu acho
172 que o que a gente tentou no comitê é fazer com que o processo de discussão não fosse
173 interrompido em momento algum, porque a discussão era muito mais técnica do que
174 política pública. E no momento em que chegou para decidir nós fomos para a votação e
175 decidimos. Mas tentamos extrapolar todos os caminhos que nós tínhamos, exatamente
176 para prolongar essa discussão, para que houvesse exatamente o consenso. E acabou
177 construindo, bem ou mal, esse consenso. Agora eu acho que o grande avanço foi
178 exatamente esse exercício que nós fizemos. Agora eu também tenho medo, com as
179 agências, que os comitês também fiquem enfraquecidos. Agora tudo vai ser um exercício,
180 se a gente for antecipar os problemas nós não saímos daqui, porque a única coisa de
181 certeza que nós temos pela frente é problema. Agora essa capacidade de resolver é a
182 capacidade que eu acho que, pelo menos, a gente mostrou e está aproximando do
183 Piranga, do Manhuaçu, do Santo Antônio. Apesar de que dentro do próprio comitê tem
184 toda uma opinião sobre a CTI, eu acho muito importante que essas comissões, esses
185 grupos de trabalho, pela questão técnica de estarem envolvidos, se extrapolem mais.
186 Agora a política pública, o funcionamento do comitê junto com os usuários, a plenária de
187 funcionamento, eu acho que isso é um exercício que o IGAM, durante muitos anos, nos
188 orientou. Agora com os recursos que a gente tem, que a gente espera que continue,
189 porque é uma forma de a gente mostrar uma certa autonomia, fazer as reuniões sem
190 precisar de favores dos usuários, da Vale ou de qualquer outro usuário. Eu acho que isso
191 mostra uma certa autonomia, inclusive, do próprio Estado. Eu acho que o comitê está
192 num momento de andar com as próprias pernas, o IGAM acreditar que a gente tem um
193 plano de trabalho e que executar; nos auxiliar, porque ninguém pretende executar nada
194 sozinho, e continuar nesse exercício, que é o exercício da democracia, da transparência e
195 de uma certa autonomia que nós temos que ter para decidir as prioridades dos projetos, e
196 não só achar que a solução vai ser uma agência que vai resolver todos os nossos
197 problemas. Então, eu acho, pelo longo caminho que tenho na política pública, porque
198 tecnicamente eu tenho que me render ou então estudar bastante, eu sou engenheiro de
199 telecomunicações e não de recursos hídricos. Mas eu acho que não precisa de mais um
200 técnico, nós estamos precisando de mais cidadãos, nós estamos precisando de mais
201 pessoas envolvidas nas decisões e na ação que nós temos para fazer. Porque até agora,
202 dez anos, foi de muito teoria, muito diagnóstico, muito plano, muito importante, mas
203 agora pegar para fazer é que nós estamos na expectativa. E eu espero que o pior
204 momento, eu acredito, nós já passamos. Eu acho que tudo passa de um exercício que nós
205 temos que construir agora, de boa convivência e de democracia.” **Reunião conjunta /**
206 **Deliberações dos rios Santo Antônio e Manhuaçu.** A diretora de Gestão das Águas e
207 Apoio aos Comitês de Bacia, Luiza de Marillac Moreira Camargos, consultou aos
208 conselheiros sobre a realização de nova reunião conjunta para apresentação das

209 deliberações normativas de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias dos rios
210 Santo Antônio e Manhuaçu. Houve consenso entre os conselheiros da CTIL e CTIG para
211 que as deliberações sejam pautadas para aprovação das Câmaras Técnicas, em reunião
212 conjunta. **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
213 presidente Thiago Garcia declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

214

215

216

217

218

219

220

221

222

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Thiago Garcia / CTIG

Presidente Paula Meireles Aguiar / CTIL
